26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

BIBLIOTECAS ESCOLARES RURAIS E ASSIMETRIAS INFORMACIONAIS NA AMAZÔNIA

RURAL SCHOOL LIBRARIES AND INFORMATIONAL ASYMMETRIES IN THE AMAZON

Jorge Hayder Araújo de Souza – Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Tatiana Brandão Fernandes – Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este estudo problematiza a lacuna entre a prescrição legal da universalização das bibliotecas escolares, reforçada pela Lei nº 14.837/2024, e as assimetrias informacionais das escolas rurais rodoviárias de Manaus localizadas nos eixos AM-010 e BR-174. O objetivo geral consiste em investigar a situação dessas unidades, confrontando sua realidade empírica com as exigências legais vigentes. Como objetivos específicos, busca-se levantar o panorama situacional a partir de dados da Secretaria Municipal de Educação de Manaus (Semed/Manaus) e discutir as tensões geradas pela precariedade estrutural e pela ausência de bibliotecários nos processos de mediação e letramento informacional no contexto rural. A metodologia caracteriza-se como uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, fundamentada em análise documental e na triangulação entre o marco legal, os dados institucionais e o aporte teórico da Ciência da Informação. Os dados indicam que, entre trinta e uma escolas rurais rodoviárias analisadas, apenas sete possuem bibliotecas formalmente constituídas e somente uma dispõe de bibliotecário. A análise evidencia a permanência de assimetrias informacionais que limitam práticas sistemáticas de pesquisa, leitura e uso crítico da informação, demonstrando que a universalização legal das bibliotecas escolares ainda não se materializou de forma efetiva nesses territórios. Conclui-se que o fortalecimento das bibliotecas escolares rurais exige políticas públicas permanentes, presença de profissionais qualificados e práticas de mediação articuladas às especificidades socioculturais amazônicas.
Palavras-chave: biblioteca escolar rural; letramento informacional; mediação da informação; Amazônia; Biblioteconomia Social.

Abstract: This study examines the gap between the legal mandate for the universalization of school libraries, reinforced by Law No. 14,837/2024, and the informational asymmetries affecting rural roadside schools in Manaus located along the AM-010 and BR-174 highways. The general objective is to investigate the situation of these educational institutions by comparing their empirical reality with current legal requirements. Specifically, the study seeks to map the existing conditions based on data provided by the Municipal Department of

Education of Manaus (SEMED/Manaus) and to discuss the tensions generated by inadequate infrastructure and the absence of librarians in information mediation and information literacy processes within the rural context. The methodology is characterized as an exploratory qualitative study based on documentary analysis and the triangulation of the legal framework, institutional data, and theoretical contributions from Information Science. The findings indicate that, among the thirty-one rural roadside schools analyzed, only seven have formally established libraries, and only one employs a librarian. The analysis reveals the persistence of informational asymmetries that restrict systematic practices of research, reading, and critical use of information, demonstrating that the legal universalization of school libraries has not yet been effectively implemented in these territories. It is concluded that strengthening rural school libraries requires sustained public policies, the presence of qualified professionals, and information mediation practices aligned with the sociocultural specificities of the Amazon region.
Keywords: rural school library; information literacy; information mediation; Amazon region; Social Librarianship.

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas escolares ocupam lugar historicamente importante nas discussões sobre educação, leitura e acesso à informação. Em contextos rurais amazônicos, a análise desses espaços exige o rompimento com visões meramente infraestruturais ou restritas à existência formal de acervos. Nos eixos rodoviários estudados, parte dos espaços destinados às bibliotecas escolares caracteriza-se por condições estruturais limitadas, marcadas pela escassez de conectividade, pela insuficiência de recursos informacionais e pela utilização compartilhada de ambientes originalmente destinados a outras finalidades pedagógicas.

Embora o marco legal brasileiro projete a biblioteca como equipamento cultural indispensável, sua implementação nas margens de Manaus revela um paradoxo normativo: a universalização formal não tem corrigido a desigualdade de acesso no território. Este estudo questiona como promover o letramento informacional em ambientes onde o próprio suporte da informação é fracionado e a mediação é delegada a profissionais sem formação específica.

As dificuldades estruturais presentes nessas escolas também repercutem nos processos de formação informacional dos estudantes. A existência da biblioteca, embora necessária, não assegura automaticamente experiências sistemáticas de pesquisa, leitura crítica e apropriação da informação. Em determinadas escolas, o espaço permanece pouco integrado às práticas pedagógicas cotidianas, funcionando prioritariamente como local de armazenamento de livros didáticos ou empréstimos esporádicos.

A Lei nº 12.244/2010 estabeleceu a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino brasileiras. Mais recentemente, a Lei nº 14.837/2024 redefiniu a biblioteca escolar como equipamento cultural indispensável ao processo educativo e instituiu o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares. Apesar dos avanços legais, a implementação dessas políticas ocorre de maneira desigual, sobretudo em regiões periféricas e rurais da Amazônia, onde as condições infraestruturais e territoriais continuam interferindo no acesso e uso da informação.

Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo investigar as bibliotecas escolares localizadas na zona rural de Manaus, confrontando sua realidade empírica com as exigências legais vigentes. Como objetivos específicos, busca-se levantar o panorama situacional a partir de dados da Semed/Manaus (2026) e discutir as tensões geradas pela precariedade estrutural e pela ausência de bibliotecários nos processos de mediação e letramento informacional. Com estes resultados pretende-se discutir as bibliotecas escolares rurais como espaços de emancipação cidadã, compreendendo de que maneira práticas de mediação da informação e letramento informacional podem contribuir para processos mais autônomos de uso, interpretação e apropriação da informação em escolas rurais amazônicas.

O recorte territorial deste estudo corresponde às escolas rurais rodoviárias vinculadas à Divisão Distrital Zona Rural (DDZ Rural) da Semed/Manaus, especificamente aquelas localizadas ao longo das rodovias AM-010 e BR-174. O recorte empírico apresenta a situação informada pela DDZ Rural em maio de 2026, enquanto o levantamento dos marcos normativos abrange o período de 1937 a 2026. Trata-se de um contexto marcado por grandes distâncias geográficas, limitações de infraestrutura tecnológica e reduzida presença de equipamentos culturais, fatores que repercutem diretamente nas possibilidades de mediação e apropriação da informação.

2 BIBLIOTECAS ESCOLARES RURAIS E FORMAÇÃO INFORMACIONAL CRÍTICA

A biblioteca escolar vem sendo progressivamente compreendida como espaço de aprendizagem, mediação e formação crítica. Campello (2012) observa que sua atuação precisa estar articulada ao projeto pedagógico da escola, participando diretamente das práticas de leitura, pesquisa e construção do conhecimento. Essa compreensão desloca a biblioteca de uma função estritamente técnica para uma dimensão educativa mais ampla.

No campo da Ciência da Informação, Capurro (2003) identifica um deslocamento do paradigma físico, centrado nos sistemas e documentos, para os paradigmas cognitivo e social,

que conferem centralidade aos sujeitos, aos processos de construção do conhecimento e aos contextos socioculturais de produção e apropriação da informação. Aplicada à biblioteca escolar, essa perspectiva permite compreendê-la como ambiente de mediação e formação informacional, sem desconsiderar que, na prática, muitas unidades ainda permanecem limitadas à guarda e à organização física de acervos.

Em algumas escolas rurais, o espaço destinado à biblioteca permanece subutilizado, sendo empregado predominantemente para armazenamento de livros didáticos ou para empréstimos ocasionais de materiais impressos, sem integração contínua às práticas de pesquisa escolar, realidade não muito distante de bibliotecas escolares independentemente da localidade (Cosson, 2009), e a ausência do profissional bibliotecário e a organização física dessas unidades educacionais dificultam o desenvolvimento de atividades permanentes de orientação para busca, avaliação e uso crítico da informação.

Esse tipo de defasagem estrutural distancia a biblioteca de uma proposta que articule mediação da informação e letramento informacional. Para Dudziak (2003), o letramento informacional constitui um processo contínuo de incorporação de conhecimentos, atitudes e habilidades que permite ao sujeito compreender e interagir com o universo informacional, favorecendo a aprendizagem ao longo da vida. Nessa concepção, não basta disponibilizar fontes, é necessário criar condições para que os estudantes desenvolvam autonomia na busca, na avaliação e no uso da informação.

No contexto amazônico, a concretização dessa proposta encontra obstáculos estruturais e profissionais. O conceito desloca o fenômeno informacional da esfera meramente operacional para uma dimensão formativa, na qual o letramento ultrapassa a habilidade técnica de busca e envolve a interpretação crítica da informação. Esse processo se torna particularmente difícil quando a biblioteca ainda não dispõe de estrutura adequada nem de mediação profissional permanente.

Nessas condições, atividades de pesquisa escolar frequentemente se restringem à reprodução de conteúdos previamente disponibilizados pelos próprios professores ou encontrados de maneira fracionada em mecanismos digitais de busca, sem acompanhamento sistemático voltado à avaliação crítica das informações acessadas.

Gasque (2012) estende esse entendimento ao postular que a formação informacional requer competências analíticas e éticas que superam o mero instrumentalismo de busca. No contexto rural amazônico, essa premissa torna-se particularmente relevante: o acesso factual a

suportes impressos ou digitais não se traduz automaticamente em apropriação crítica. A realidade observada nas escolas rurais demonstra que os discentes enfrentam um contato fragmentado com fluxos informacionais descontextualizados, operando sem orientação metodológica suficiente para validar, filtrar e interpretar as informações acessadas, o que reflete em resultados de avaliações nacionais e internacionais.

Os resultados da edição de 2022 do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), apontaram dificuldades persistentes dos estudantes brasileiros em competências relacionadas à leitura, à interpretação textual e à resolução de problemas (OECD, 2023). Embora esses indicadores não permitam generalizações específicas para as escolas rurais amazônicas, reforçam a importância de ambientes educativos capazes de promover práticas permanentes de leitura, pesquisa e uso crítico da informação, funções historicamente associadas às bibliotecas escolares.

Ao atualizar o conceito de mediação da informação, Almeida Júnior (2015) a compreende como uma ação de interferência desenvolvida em um processo, por profissional da informação e no âmbito dos equipamentos informacionais. Essa ação pode assumir diferentes formas e busca favorecer uma apropriação capaz de responder, parcial e momentaneamente, a uma necessidade informacional, ao mesmo tempo que produz conflitos e novas necessidades. A formulação amplia o conceito anterior ao evidenciar o caráter processual, não neutro e continuamente inacabado da mediação.

Ao transpor o conceito atualizado de Almeida Júnior (2015) para o contexto rural amazônico, propõe-se, neste estudo, a categoria analítica denominada mediação por ausência. Diferentemente de uma inexistência absoluta de processos mediadores, essa condição refere-se a contextos em que a ausência do bibliotecário e a precariedade dos dispositivos informacionais interferem diretamente nas possibilidades de apropriação da informação. Nessa configuração, a mediação ocorre de forma fragmentada, sendo assumida por diferentes agentes escolares, ainda que sem formação específica para o desenvolvimento sistemático de competências informacionais.

Ao refletir sobre informação social e comunidade, Mallmann (2024) propõe uma perspectiva de atuação bibliotecária sensível às realidades socioculturais das comunidades, questionando práticas padronizadas e reforçando a necessidade de mediações informacionais contextualizadas. Nas bibliotecas escolares do campo da região amazônica, essa compreensão

evidencia a necessidade de práticas de mediação articuladas às realidades socioculturais das comunidades atendidas pelas escolas.

Ao problematizar práticas bibliotecárias centradas exclusivamente em procedimentos técnicos, a Biblioteconomia Social contribui para compreender a biblioteca escolar como espaço de participação, mediação e construção de autonomia informacional. Nas comunidades rurais amazônicas, a biblioteca escolar frequentemente representa um dos poucos espaços institucionais de acesso à leitura e à pesquisa.

O Manifesto IFLA-UNESCO para Bibliotecas Escolares (2025) apresenta a biblioteca escolar como componente essencial de uma educação de qualidade e inclusiva. O documento destaca a atuação de profissionais qualificados, a colaboração ativa com a comunidade escolar, a oferta de coleções físicas e digitais e o desenvolvimento de múltiplos letramentos, pensamento crítico, criatividade e cidadania global. Essa perspectiva amplia a compreensão da biblioteca para além de funções técnicas ou administrativas e reforça seu papel nos processos de aprendizagem, pesquisa e formação intelectual dos sujeitos.

Nas escolas rurais de Manaus, essa discussão adquire relevância ainda maior. As desigualdades de acesso à informação presentes nesses territórios evidenciam que a apropriação do saber depende não apenas da existência material da biblioteca, mas também da construção de práticas permanentes de mediação, leitura e apropriação da informação articuladas às realidades socioculturais das comunidades escolares.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo exploratório, de abordagem qualitativa, fundamentado em análise documental e triangulação teórica no campo da Ciência da Informação. O recorte documental compreende marcos normativos publicados entre 1937 e 2026, e o recorte empírico corresponde ao diagnóstico das escolas rurais rodoviárias informado pela DDZ Rural em maio de 2026. A interpretação dos documentos dialoga com os paradigmas epistemológicos discutidos por Capurro (2003), articulando o paradigma físico, na análise das condições materiais e normativas; o paradigma cognitivo, nas discussões sobre letramento informacional e apropriação da informação; e o paradigma social, na compreensão das interferências territoriais e socioculturais amazônicas nos processos de mediação.

A presente discussão vincula-se ao Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGIC/UFAM). Delimita-se aqui um recorte de natureza teórico-documental,

articulado à análise de dados institucionais, cujo objetivo é consolidar as bases epistemológicas que fundamentam a crítica sobre a assimetria informacional nas bibliotecas escolares rurais da região.

A triangulação adotada articula três conjuntos documentais: a legislação referente às bibliotecas escolares, a produção científica da área de Ciência da Informação e os dados institucionais da DDZ Rural da Secretaria Municipal de Educação de Manaus. A obtenção destes últimos teve início em conversa com a Assessoria da Pasta de Linguagem da DDZ Rural. Em 19 de maio de 2026, os dados foram formalmente solicitados à assessora Andrea Lima por aplicativo de mensagens e, no mesmo dia, recebidos em planilhas elaboradas pela própria Divisão. O material foi compilado em um quadro-síntese, considerando o número de escolas por eixo rodoviário, os espaços de leitura existentes e a presença de bibliotecário. O cruzamento dessas fontes permitiu confrontar as prescrições normativas com a literatura especializada e a realidade informada pelas escolas rurais rodoviárias analisadas.

4 RESULTADOS PARCIAIS

As planilhas institucionais fornecidas pela DDZ Rural revelam que a atuação de bibliotecários é praticamente inexistente nessas unidades (Manaus, 2026). Esse vácuo profissional submete a biblioteca ao improviso físico, convertendo-a em espaços compartilhados com depósitos ou salas de readaptação, e impõe a docentes e discentes rotinas de pesquisa severamente limitadas pela precariedade tecnológica e pela obsolescência documental. Longe de configurar práticas contínuas de aprendizagem, as atividades de investigação desenvolvidas nesses territórios tendem a ocorrer de forma descontínua, condicionadas pelas limitações estruturais, tecnológicas e informacionais presentes em cada localidade.

A compilação das planilhas encaminhadas pela Assessoria da Pasta de Linguagem da DDZ Rural evidencia a dimensão dessa assimetria. No eixo rodoviário da AM-010, composto por 11 escolas, apenas três possuem biblioteca, uma dispõe de sala de leitura e uma utiliza o Centro de Tecnologia Educacional (CTE) como espaço de acesso a livros. Na BR-174, entre 20 escolas, apenas quatro possuem biblioteca, três possuem sala de leitura, quatro desenvolvem o projeto Casinha de Livros e uma utiliza o CTE para atividades de leitura. Apenas uma escola possui biblioteca acompanhada por bibliotecário, inexistindo esse profissional nas demais unidades escolares.

Como recurso complementar da análise documental, elaborou-se uma linha do tempo dos principais marcos normativos relacionados às bibliotecas escolares no Brasil e no Amazonas, adaptada de Silva (2024) e atualizada com legislações posteriores. A discussão também incorpora dados institucionais das bibliotecas escolares das escolas rurais rodoviárias de Manaus, disponibilizados pela Assessoria de Bibliotecas Escolares da Divisão Distrital da Zona Rural (DDZ Rural) da Secretaria Municipal de Educação de Manaus. A articulação dessa fonte permitiu confrontar a evolução normativa das bibliotecas escolares com o cenário identificado no território investigado.

Quadro 1 - Evolução dos marcos normativos das bibliotecas escolares no Brasil e no Amazonas (1937–2026)

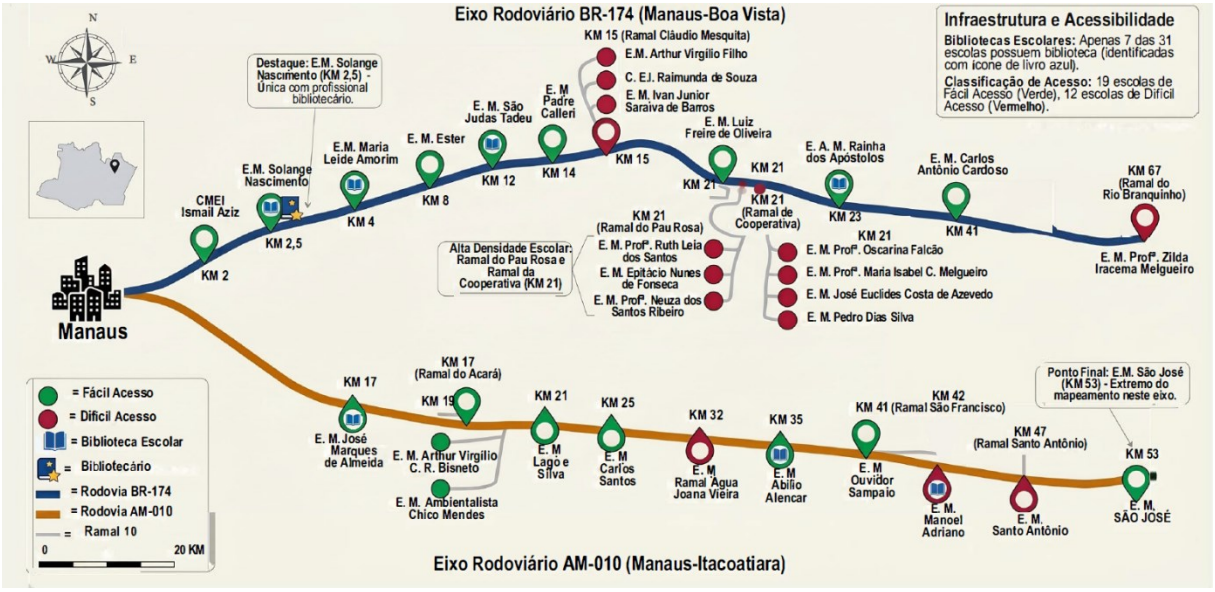
Ano	Marco Normativo/Institucional	Ano	Marco Normativo/Institucional
1937	Decreto-Lei nº 93/1937 – Instituto Nacional do Livro (INL)	**2017**	Decreto nº 9.099/2017 – PNLD
1962	Lei nº 4.084/1962 – Regulamentação da profissão de bibliotecário	**2018**	Resolução CFB nº 199/2018
1997	Portaria MEC nº 584/1997 – Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)	**2018**	PL nº 9.484/2018
1999	Manifesto IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares	**2020**	PL nº 4.003/2020
2010	Lei nº 12.244/2010 – Universalização das bibliotecas escolares	**2020**	Resolução MEC nº 12/2020 Resolução CFB nº 220/2020
2011	Resolução CFB nº 119/2011	**2024**	Lei nº 14.837/2024
2012	Resolução CNE/CEB nº 4/2012	**2025**	Manifesto IFLA-UNESCO para Bibliotecas Escolares (edição atualizada)
2016	Lei Estadual nº 4.324/2016 / PL nº 364/2016	**2026**	Dados da DDZ Rural/Semed Manaus
2017	Instrução Normativa DEGESC/SEDUC		

Fonte: Adaptado de Silva (2024), atualizado pelos autores com base na legislação federal, estadual, nas resoluções do CFB e do MEC, na Lei 14.837/2024 e em dados institucionais da DDZ Rural/Semed Manaus (2026).

5 DISCUSSÃO TEÓRICA

Os documentos analisados indicam que o fortalecimento das bibliotecas escolares rurais demanda mais do que a garantia jurídica de sua universalização. Embora o avanço legislativo seja inegável, a persistência das assimetrias físicas e territoriais observadas no estudo reitera que os fluxos informacionais na escola rural não seguem a lógica dos centros urbanos.

Figura 1 - Mapeamento das Escolas Municipais Rurais Rodoviárias de Manaus (BR-174 e AM-010): acessibilidade, bibliotecas escolares e presença do profissional bibliotecário



Fonte: elaboração própria (2026) com apoio de ferramenta de inteligência artificial, a partir de dados institucionais da DDZ Rural/Semed Manaus.

A permanência dessas limitações não constitui fenômeno recente. Ao analisar as bibliotecas escolares da rede pública municipal de Manaus entre 2001 e 2010, Lima (2014) identificou fragilidades estruturais e reduzida integração da biblioteca ao projeto pedagógico escolar, evidenciando que parte dos desafios observados atualmente possui raízes históricas. A comparação entre aquele diagnóstico e os dados das escolas rurais rodoviárias sugere a permanência de assimetrias informacionais que atravessam diferentes contextos da educação municipal manauara.

Quando confrontados com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CFB nº 220/2020, os dados da DDZ Rural/SEMED Manaus revelam significativa distância entre a prescrição normativa e a realidade observada. A resolução determina que as bibliotecas escolares devem possuir espaço próprio, acervo atualizado, acesso à informação digital e administração realizada por bibliotecário habilitado. Entretanto, entre as 31 escolas da área estudada, apenas sete possuem bibliotecas formalmente constituídas e somente uma dispõe desse profissional.

Quadro 2 - Triangulação documental e evidências de assimetria informacional nas escolas rurais rodoviárias de Manaus

Documento	Premissa principal	Referência para análise do território	Evidência de assimetria
Lei nº 12.244/2010	Universalização das bibliotecas escolares	Biblioteca em todas as escolas	Apenas 7 bibliotecas em 31 escolas
Lima (2014)	Diagnóstico das bibliotecas escolares de Manaus	Problemas históricos de integração pedagógica	Persistência de fragilidades estruturais
Resolução CFB nº 220/2020	Biblioteca administrada por bibliotecário	Define parâmetros mínimos de qualidade	Apenas uma escola possui bibliotecário
Lei nº 14.837/2024	Biblioteca como equipamento educacional e cultural	Ampliação do papel pedagógico	Implementação desigual
Manifesto IFLA-UNESCO (2025)	Educação inclusiva, múltiplos letramentos e pensamento crítico	Biblioteca com profissionais qualificados, coleções físicas e digitais e colaboração escolar	Limitações estruturais e de mediação profissional

Fonte: elaboração própria (2026)

Os dados indicam que, em determinadas escolas rurais amazônicas, a biblioteca permanece pouco integrada ao projeto pedagógico, dificultando o desenvolvimento de práticas permanentes de leitura, pesquisa e formação crítica. Em outros casos, a ausência de profissionais especializados compromete tanto a organização técnica dos acervos quanto as possibilidades de mediação da informação.

As desigualdades territoriais amazônicas também merecem atenção. A insuficiência de modelos urbanos transpostos para o contexto amazônico permite retomar, como chave interpretativa, o que neste estudo se denomina mediação por ausência. Quando a política de universalização (Lei nº 14.837/2024) materializa-se apenas como um arranjo espacial improvisado, o letramento informacional do estudante rural é severamente comprometido. A apropriação crítica defendida por Gasque (2012) e Almeida Júnior (2015) torna-se impraticável se a ausência de profissionais qualificados empurra o educando para pesquisas escolares baseadas na mera reprodução de conteúdos fragmentados.

Esse panorama de limitações estruturais e desigualdades territoriais evidencia que a precariedade das bibliotecas escolares rurais ultrapassa questões estritamente técnicas ou

administrativas. A escassez de acervos, a insuficiência de recursos tecnológicos e a ausência do profissional bibliotecário repercutem diretamente nas possibilidades de acesso, uso e apropriação da informação pelos estudantes. Sob essa perspectiva, o cenário observado sugere a persistência de limites históricos na implementação das políticas públicas voltadas à universalização das bibliotecas escolares em contextos amazônicos, especialmente em territórios marcados por grandes distâncias geográficas e desigualdades de infraestrutura.

Nas escolas do campo de Manaus, as práticas informacionais são atravessadas por condições específicas do território amazônico, incluindo distâncias entre comunidades, problemas de conectividade digital e desigualdades no acesso a equipamentos culturais e tecnológicos. Esses elementos repercutem nas possibilidades de uso pedagógico da biblioteca escolar e na continuidade das práticas de formação informacional desenvolvidas no ambiente escolar. A realidade identificada nas escolas rurais amazônicas demonstra que modelos biblioteconômicos padronizados falham ao ignorar as especificidades territoriais e informacionais da região. Os resultados também demonstram que o letramento informacional surge como ferramenta para deslocar o debate do 'acesso' para a 'apropriação crítica' e amplia a compreensão da biblioteca escolar. Em contextos marcados por desigualdade informacional, essa mudança de perspectiva passa a ocupar papel central para pensar práticas pedagógicas voltadas à autonomia intelectual dos estudantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas escolares rurais amazônicas desempenham papel relevante nos processos de formação informacional de estudantes inseridos em contextos marcados por desigualdades territoriais e limitações de acesso à informação. Entretanto, a existência física da biblioteca não se converte, necessariamente, em práticas de formação crítica.

O estudo permitiu identificar uma significativa distância entre os avanços normativos relacionados às bibliotecas escolares e as condições efetivamente encontradas nas escolas rurais rodoviárias de Manaus. O levantamento situacional revelou baixa presença de bibliotecas formalmente constituídas e atuação praticamente inexistente de bibliotecários nas unidades investigadas. Ao confrontar esses dados com a legislação vigente, observou-se que a universalização prevista pelas Leis nº 12.244/2010 e nº 14.837/2024 ainda não se materializou de forma efetiva nesses territórios. Da mesma forma, as fragilidades estruturais identificadas

repercutem diretamente nos processos de mediação da informação e letramento informacional, reforçando situações que este estudo caracterizou como mediação por ausência.

Os resultados também suscitam questões que ultrapassam os limites desta investigação. Embora o país disponha de um conjunto expressivo de dispositivos legais voltados às bibliotecas escolares, em que medida esses instrumentos têm sido efetivamente acompanhados e implementados? Como promover processos consistentes de mediação da informação sem a presença de profissionais qualificados? E até que ponto os avanços teóricos discutidos pela Biblioteconomia Social conseguem dialogar com realidades que ainda enfrentam desafios relacionados à própria estruturação das bibliotecas escolares? Essas questões apontam para a necessidade de estudos futuros que contemplem as experiências de estudantes, professores e gestores escolares, ampliando a compreensão sobre os limites e as possibilidades da atuação bibliotecária em contextos rurais amazônicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In:* BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

BRASIL. **Lei n° 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12244-24-maio-2010-606412-normaatualizada-pl.pdf. Acesso em: 29 maio 2026.

BRASIL. **Lei n° 14.837, de 8 de abril de 2024**. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14837-8-abril-2024-795462-publicacaooriginal-171443-pl.html. Acesso em: 29 maio 2026.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Biblioteca escolar**: conhecimentos que sustentam a prática. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: ANCIB, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 29 maio 2026.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução CFB n° 220, de 13 de maio de 2020**. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares. Brasília, DF: CFB, 2020. Disponível em: http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1349. Acesso em: 27 maio 2026.

COSSON, Rildo. **Letramento literário**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2009.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016/. Acesso em: 2 set. 2026.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: Editora UnB, 2012.

IFLA; UNESCO. **Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA-UNESCO 2025.** The Hague: IFLA, 2025. Disponível em: https://repository.ifla.org/handle/20.500.14598/4026. Acesso em: 2 set. 2026.

LIMA, Raimundo Martins de. **A biblioteca nas escolas públicas municipais de Manaus (2001-2010)**: prática social a serviço da emancipação ou da barbárie? 2014. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3143. Acesso em: 7 jun. 2026.

MALLMANN, Patricia. A Biblioteconomia pode ser resistência: informação social e comunidade. **Divulga-CI**: Revista de Divulgação Científica em Ciência da Informação, Porto Velho, v. 2, n. 4, p. 1-4, abr. 2024. Disponível em: https://www.divulgaci.labci.online/v-2-n-4-abr-2024/a-biblioteconomia-pode-ser-resistencia-informacao-social-e-comunidade-por-patricia-mallmann/. Acesso em: 7 jun. 2026.

MANAUS. Secretaria Municipal de Educação. Divisão Distrital da Zona Rural. **Levantamento situacional das bibliotecas e espaços de leitura das escolas da zona rural de Manaus**. Manaus: SEMED, 2026. 1 planilha eletrônica.

OECD. **PISA 2022 results**: the state of learning and equity in education. Paris: OECD Publishing, 2023. v. 1. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/pisa-2022-results-volume-i_53f23881-en.html. Acesso em: 2 set. 2026.

SILVA, Lívia Sousa e. **Bibliotecas públicas escolares de Humaitá-Amazonas**: análise da função da biblioteca e suas práticas de ensino. 2024. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades) – Universidade Federal do Amazonas, Humaitá, 2024. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/10080. Acesso em: 7 jun. 2026.